

CAPÍTULO 10:

ORGANIZAÇÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES

Carlos Gonçalves¹, Matheus Anchieta Ramirez², Alex de Matos Teixeira³, João Pedro Costa Alves de Oliveira⁴, Dalvana dos Santos⁵, Frederico Patrus Ananias de Assis Pires⁶, Rafael Araújo de Menezes⁶, Luís Fernando Loiola de Oliveira⁶

A agricultura brasileira, aqui entendida como agricultura e pecuária, apresenta contrastes marcantes, em todas as regiões do país. Enquanto uma parcela de produtores rurais (aqui denominados de patronais) desfruta de excelentes condições socioeconômicas, a grande maioria dos produtores rurais (aqui denominados de agricultores familiares) vive em condições de penúria, com baixos índices de produção e de produtividade, sem acesso às benesses do desenvolvimento, com baixo nível de adoção das tecnologias disponíveis no país, sem capacidade de investimento e alijados das modernas tecnologias da informação e, ainda, com acesso precário à terra e ao crédito.

Se o país dispõe de extensas áreas de terras agricultáveis e com regime pluviométrico favorável, que permite o desenvolvimento de um grande número de culturas, por que chegamos a esta configuração nos dias atuais para a agricultura nacional?

Necessário se faz retornar ao Brasil Colônia no século XVI, quando a Europa era o centro organizador do comércio mundial e era do interesse da coroa portuguesa obter produtos para garantir e expandir o seu comércio. As primeiras formas de

¹ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Faculdade de Medicina Veterinária, UFU, Campus Umuarama, Bloco 2T, CEP: 38400-902, Uberlândia, MG. alexmteixeira@yahoo.com.br

⁴ Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Médica Veterinária, Mestranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

exploração foram sempre predatórias. Cabia ao rei distribuir a terra a quem fosse do seu interesse, mas era necessário ocupar a nova área descoberta.

Assim, foram criadas 12 capitanias hereditárias, que foram doadas a quem tinha laços de parentesco ou havia prestado algum serviço relevante ao rei.

Extensas áreas de terras e as sesmarias também eram distribuídas de acordo com as determinações de Portugal. Formaram-se, desse modo, extensas áreas de terras pertencentes a uma casta de privilegiados e um grande número de excluídos.

Essas grandes áreas visavam à produção de bens primários de acordo com o interesse da metrópole.

De forma lenta e gradual, desenvolveu-se no país um sistema secundário marginal e oprimido, o qual, apesar de paralelo, era complementar e integrado às grandes propriedades. Diferia muito dessas extensas áreas de produção porque os produtores não possuíam a terra, e estes eram compostos de índios, ex-escravos, mestiços e os empobrecidos pelo regime do morgadio (em que só o primogênito herdava).

A sesmaria tinha precedência legal sobre os direitos dos posseiros. Eram condutores de lavouras de pobre, mas, no início do século XIX, já podiam se dedicar a culturas de exportação, embora esses produtos tivessem que ser comercializados pelas grandes fazendas.

No sul do país, notadamente nas regiões serranas, a colonização, pelas condições climáticas reinantes, visava somente garantir a posse da terra.

Com a independência do país de Portugal e a libertação dos escravos, o Brasil passa a importar mão de obra do norte da Itália e do Japão para os cafezais de São Paulo. Era necessário evitar que os novos colonos adquirissem terras, até que, em 1850, a Lei de Terras foi editada. Esta previa a compra da terra como único modo de acessá-la; dessa forma, os imigrantes dificilmente poderiam ter a posse legal da terra.

Foi garantida, desse modo, a manutenção dos latifúndios, que significava um conservadorismo social e econômico. Essa Lei de Terras favorecia os grandes fazendeiros, que converteram suas terras em propriedade legal, ao passo que os outros deveriam comprá-las, e o dinheiro arrecadado era revertido para o oferecimento de mão de obra importada aos grandes fazendeiros.

Assim, com o baixo custo da produção, as plantações de café floresceram.

Essa estrutura fundiária permaneceu da Proclamação da República (1889) até 1929, quando ocorreu o *crash* da Bolsa de Nova York e a agricultura de exportação baseada no café entrou em crise profunda, pois não tinha mercado e o país (governo) tinha estoques muito grandes. Nessa época, a industrialização do país já havia se iniciado (boa parte dos industriais era também os fazendeiros do café).

Em 1930 o país tinha 85% da população no meio rural e 15% no meio urbano.

Vargas cria as colônias de agricultura, desencadeando a marcha para o oeste (Goiás e Mato Grosso). É importante ressaltar que essas colônias logo foram abandonadas pelos governos estaduais e federal e muitas dessas propriedades cedidas aos agricultores que se deslocaram para essas regiões foram vendidas.

Com o mundo em grande transformação, chegamos à década de 40 com a mesma estrutura fundiária e com baixos índices de produção e produtividade.

O campo brasileiro começa a se mobilizar a partir dessa época, com o aparecimento de movimentos sociais reivindicando mudanças e sobretudo terra, que era o fator básico de produção. Com o golpe militar de 64, esses movimentos foram reprimidos e mantidos sob controle; assim o golpe militar foi decisivo para manter o pacto político institucional, que tinha nas elites agrárias um de seus mais fortes componentes.

Com os movimentos sociais derrotados, era hora de modernizar a agricultura, uma vez que os países desenvolvidos já viviam a "Revolução Verde". Convencionou-se chamar modernização conservadora (MC) essa modernização da agricultura brasileira implementada por ação do governo central do Brasil.

A MC, que durou de 1965 até 1979, ergueu-se sobre os alicerces de superação do modelo de agricultura tradicional camponesa, tendo como base a técnica de produção.

Era senso comum que o atraso da agricultura brasileira devia-se à incapacidade do pequeno produtor de se tecnificar e produzir em bases tecnocientíficas.

A extensão rural teve um importante papel durante a MC, época em que o crédito rural subsidiado consistia na principal mola propulsora do crescimento da agricultura. O governo criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para desenvolver e adaptar pacotes tecnológicos e ofereceu crédito farto e subsidiado. O pequeno produtor (agricultura familiar) ficou à margem da MC, pois era entendimento comum de que não possuía condições para implantar uma agricultura

que era dependente de máquinas agrícolas, adubos e sementes melhoradas. A conjuntura internacional era favorável à MC pelo crescente aumento do preço das *commodities* agrícolas; com isso, o crescimento passa a depender mais do mercado externo que do interno. Nessa conjuntura, a MC provocou forte êxodo rural pela expulsão do campo de mais de 30 milhões de pessoas e não modificou a estrutura fundiária do país; pelo contrário, permitiu maior acumulação de terras pelos grandes agricultores.

Assim, a agricultura familiar chega ao final da MC com os agricultores familiares sem capital, sem acesso à terra e ao crédito rural, em péssimas condições de moradia e de produção e sem acesso à saúde e educação de qualidade, ou seja, com graves problemas sociais e desequilíbrios agroecológicos em muitas regiões do país, culminando com conflitos socioambientais.

Privilegiada, a agricultura patronal chegou aos anos 80 fortalecida, capitalizada e como uma importante formadora do produto interno bruto – PIB (superávit primário) até a crise da economia mundial na década de 80. Surpreendentemente, a agricultura patronal, bem estruturada e capitalizada, reequilibrou-se e continuou a se modernizar e a ser um importante pilar da economia nacional, atingindo índices espetaculares de produção e de produtividade pela adoção da agricultura de precisão, com a utilização de máquinas modernas e de tecnologias da informação.

Nos anos que se seguiram à MC, nas décadas de 1980, 1990, 2000 até 2010, poucas transformações puderam ser observadas na agricultura familiar, que continuava a viver em condições de penúria a despeito de sua grande importância como produtora de alimentos básicos para o país. É verdade que o governo criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, mas esse crédito, embora destinado aos agricultores familiares, ainda tem dificuldades que dificultam o acesso aos financiamentos. Em 2004, o governo edita, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a nova política de extensão rural, denominada nova Pnater, voltada para "assistência técnica e extensão rural exclusivamente para a agricultura familiar (assistência técnica gratuita). A extensão rural (ER) tem a missão de "promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e desenvolvimento da agricultura familiar e das suas organizações por meio de metodologias educativas e participativas integradas às

dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (MDA, 2004). Para isso, busca-se como referencial de extensão rural a atuação do extensionista com base no conhecimento e na análise de agroecossistemas e sistemas aquáticos.

Assim, nessa perspectiva, segundo o MDA, os agentes extensionistas devem desempenhar, mediante o uso de metodologias participativas, um papel educativo, privilegiando o potencial endógeno das comunidades, a fim de resgatar os conhecimentos dos agricultores familiares e com eles interagir.

A ER nasceu oficialmente no Brasil em 1948, em 06/12/1948, em Minas Gerais, e adotou o difusionismo como sua linha mestra, de tal modo que o técnico dotado do conhecimento decidia o que o produtor deveria adotar, de forma vertical, sem considerar os aspectos sociais, econômicos e culturais do produtor, apenas com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade. Essa técnica difusionista também contribuiu muito para que a agricultura familiar atingisse o patamar de hoje, ou seja, exclui o pequeno produtor e, quando for o caso de ele ser assistido, exclui-o do processo de decisão. Não possibilitou o desenvolvimento do agricultor familiar para a prática da cidadania, a fim de que ele pudesse, de acordo com sua cultura, adotar as tecnologias que melhor lhe conviessem. Isso deixa clara a importância de se trabalhar o desenvolvimento de comunidades para atender a nova Pnater, adotando-se metodologias participativas, grupais e com princípios da agroecologia para que esse produtor possa se educar e influenciar a construção de novas políticas agrícolas no país, tornando-o o cidadão que a Constituição Federal lhe garante por direito.

Desenvolvimento de comunidades

Primeiramente será necessário definir o que é camponês (campeinato) e o que é uma comunidade rural. O camponês vive em comunidade. São muitas as definições, mas, simplificando, pode-se dizer que uma comunidade é um conjunto de pessoas de mesma classe social (camponês), vivendo numa mesma área e compartilhando condições comuns de existência, interesses, objetivos e preocupações (Prado e Ramirez, 2011).

Aqui é importante diferenciar comunidade de grupos de vizinhança. Se um indivíduo vive numa mesma região, mas não adota o código de conduta daquela comunidade, ele não faz parte dela, é apenas vizinho; a este se dá o nome de grupos

de vizinhança. Logo adiante, detalharemos essas diferenças mais especificamente. Assim, o campesino (camponês) que forma o campesinato vive em comunidade, numa sociedade de interconhecimento em que todos os membros se conhecem e conhecem como funciona a vida de todos os seus membros e com códigos de condutas próprias, geralmente agricultores familiares que não se integram totalmente aos mercados. Só existe o campesinato onde o código de conduta partilhado por agentes antagônicos seja estruturador da vida social. Além dos camponeses, fazem parte dessa sociedade o padre, o proprietário fundiário, o comerciante e o prestador de dinheiro (se houver).

Ressalta-se que a comunidade deve organizar-se para avançar e assumir posturas intervencionistas calculadas, militantes e formalizadas, com planejamento e objetivos de mudanças dirigidas, e não somente reunir para promover festas, jogos de futebol e outras manifestações culturais e/ou de socorro aos vizinhos, nos casos de morte ou doenças graves.

No campesinato que estamos descrevendo, é importante salientar que as propriedades vizinhas não são concorrentes e a terra não é um simples fator de produção. Não há a implantação plena do modelo produtivista. Nessas comunidades, desenvolvem-se relações de clientelismo, patronagem e dependência pessoal. Geralmente esses agricultores familiares não são integrados ao mercado, porque os mecanismos de mercado característicos da vida camponesa alimentam-se, na maior parte dos casos, da pobreza dos agricultores tanto quanto sua reprodução miserável conta com as estruturas imperfeitas pelas quais seus produtos se tornam mercadorias (Abromavay, 1992).

Daí a necessidade de se desenvolverem trabalhos visando ao desenvolvimento de comunidades, porque o agricultor isolado possui pouca ou nenhuma capacidade de negociação para compra de insumos, venda de seus produtos ou procura de novos mercados, desaguando em pequena ou ausente força produtiva para que sejam atendidas suas reivindicações. Fica muito claro também que, isoladamente, os produtores não possuem recursos e volume de atividades para o investimento em tecnologias, como mecanização, inseminação artificial, aquisição de tanques de expansão e beneficiamento de seus produtos para acesso direto ao mercado. Assim, caso se organizem em associações e/ou associação de associações, ampliarão suas forças para fugir do patronato local, ampliando a visão dos problemas, e é aí que entra

o extensionista, que funciona como um facilitador dos processos de "educação" da comunidade em questão.

O meio rural brasileiro vem se desenvolvendo muito e se transformando rapidamente. Hoje, próximo dos grandes centros urbanos e até dos pequenos, tem havido muitas transformações nessas regiões ditas periféricas. É comum encontrar famílias em situações de pluriatividade, uma vez que viver só da agricultura familiar pode não ser possível. É preciso deixar claro que também esse público, hoje denominado por muitos estudiosos como "rurbano" ou "ruralurbano", conhecido também como novo rural, deve ser do interesse da ER para permitir o desenvolvimento dos mais desfavorecidos, pequenos sítiantes não integrados ao mercado, retireiros, arrendatários e trabalhadores rurais sem terra.

Dessa forma, o trabalho do extensionista deve buscar a modificação da vida dessas camadas mais desfavorecidas pela "educação" não formal, a fim de que eles adquiram a condição de cidadãos e possam se beneficiar do desenvolvimento do país. Essa emancipação fará com que esses agricultores familiares passem a atuar e ajudar a determinar e definir políticas públicas a seu favor.

O papel do profissional de extensão

As pessoas só se conscientizam de sua condição se as informações se transformarem em conhecimento, e isso só acontece se os indivíduos se sentem suficientemente livres para re(criar), ou re(processar) esse conhecimento. O novo extensionista, para atender a nova Pnater, deve trabalhar o agricultor familiar de modo que ele descubra sua realidade. Só a partir desse momento as pessoas estão aptas para transformarem sua realidade social.

O extensionista organiza assembleias e permite que os membros da comunidade descubram sua própria realidade e possam, então, problematizar as condições de sua existência; por exemplo: identificar as causas que geraram aquela situação e por que ela se mantém. A partir daí, os membros passam a descobrir de quais alternativas dispõem para superar os problemas.

Antes de discutirmos os processos metodológicos, vamos passar à prática do trabalho de ER.

O extensionista não deve ser neutro, pois todas as ações que serão tomadas dependem de conjunturas próprias da comunidade e das políticas que as direcionam.

Não pode o extensionista assumir uma postura de superioridade, de detentor do saber, a ponto de decidir o que é bom para a comunidade. Antes de mais nada, o processo deve ser educativo, visando à promoção do homem como ser humano. Nesse sentido, conseguir altos índices de produtividade não deve mais ser o foco. Não adiantam receitas e pacotes como os utilizados durante a MC. Um dos maiores problemas que a extensão oficial vem enfrentando desde a nova Pnater é o fato de que muitos dos extensionistas são formados em bases produtivistas e adotam o difusionismo como forma de ação.

Mesmo nas estaduais Emater-RS/Ascar, mais bem estruturadas, o problema persiste. Em recentes estudos realizados nessas empresas, que possuem escritórios em 496 dos 498 municípios gaúchos, foi feito um levantamento para compreender as práticas adotadas pelos extensionistas. Foram feitos vários estratos por tempo de serviço e constatou-se que mesmo os jovens extensionistas ainda trabalham segundo os ditames do difusionismo (contratados há menos de cinco anos). Foram verificadas várias formas de ação, entre elas um grupo que trabalha num sistema híbrido tentando atuar em bases agroecológicas; outros tinham metodologias de trabalho absolutamente difusionistas. Mas havia um grupo significativo e importante que estava trabalhando para educar o produtor rural tendo em vista a promoção do ser humano. Estes extensionistas respeitam condições de gênero, geração, etnia e trabalham de acordo com a agroecologia, visando à sustentabilidade desses sistemas. Mais uma vez, é importante relatar que havia técnicos da ER utilizando-se do difusionismo em todos os estratos. Parece que o caminho é longo e não será de fácil percurso, pois os técnicos graduados em boas universidades receberam formações produtivistas independentemente de as disciplinas de ER já terem mudado de programa e até de nome. Os outros professores que não os da extensão rural necessitam ser iniciados na nova Pnater para exercerem menos influência e considerarem a agricultura familiar como um importante segmento da agropecuária nacional, pois já é de domínio público que o difusionismo ajudou a piorar a situação dos agricultores familiares, afastando-os das possibilidades de desenvolvimento humano. Dessa forma, o homem deve ser levado a conhecer a fenomenologia do assunto a ser tratado.

Freire, em 1982, afirmava que conhecer a dimensão humana "(...) não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que o outro lhe dá 'ou impõe'. O conhecimento exige uma ação

transformadora sobre a realidade. Implica invenção e reinvenção (...)" . Ou seja, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo.

Conforme descrito na obra de Freire, o técnico também tem muito que aprender com os agricultores familiares, desde que assuma o papel de mais um nas assembleias e respeite a cultura, as condições socioeconômicas dos agricultores familiares e da comunidade em questão.

O ato de aprender, de construir o conhecimento é resultado de uma construção pessoal, dependente, portanto, do esforço e do saber prévio individuais. Aprender é atribuir significado pessoal. Em resumo, Jean Piaget propõe que o sujeito cognoscente, em sua vida cotidiana, ao realizar observações as mais variadas, faz comparações entre seus conhecimentos prévios, suas estruturas cognitivas e aquilo que está sendo observado.

O reequilíbrio decorrente do aprendizado, da atitude ativa, consiste em um processo conjugado de assimilação e acomodação. É bom lembrar que o mecanismo equilíbrio/reequilíbrio, característico do processo de aprendizagem, é indefinido na vida do ser humano. O profissional de ER que ignora esses fundamentos está fadado ao insucesso. Dessa forma, se a participação é um direito de todos os grupos sociais e um dos requisitos para os menos favorecidos, então a metodologia extensionista precisa ser embasada em métodos compartilhados. A metodologia participativa visa formar cidadãos dotados de autonomia e independência para gerir seu próprio negócio.

Conforme descrito acima, vários escritórios de Ater e Ates (extensão para assentados da reforma agrária) continuam a desenvolver atividades difusionistas e se furtando ao processo de emancipação do cidadão para viver plenamente a cidadania à qual tem direito.

Dessa forma, quando o extensionista é designado para atuar numa região com a qual ele nunca travou conhecimento, será necessário pesquisar acerca do município, conhecer os principais cursos d'água, onde as comunidades se localizam, verificar se existem anotações anteriores em artigos ou relatórios sobre as comunidades. Será importante conhecer aspectos relativos à religiosidade e os índices de desenvolvimento humano das comunidades (se houver). Enfim, será necessário conhecer os dados referentes ao município e às regiões vizinhas, bem como obter

informações sobre as comunidades nas quais serão desenvolvidos os trabalhos, e, ainda, verificar se existem espaços comunitários, igrejas, centro comunitário e outras instalações. Também será necessário conhecer o sistema de transporte das comunidades e saber se ele dificulta a integração dos agricultores ao mercado. Vale ressaltar que as discussões na forma de assembleias favorecem a participação de todos.

O técnico de campo deveria ter ciência de que o trabalho de desenvolvimento de comunidades exige conhecimentos de sociologia e antropologia. Portanto, profissionais de outras áreas seriam muito bem-vindos para facilitar o trabalho que será desenvolvido. No caso de Minas Gerais, a Emater-MG, nos escritórios das cidades menores, tem apenas um técnico e, assim, este é incapaz de desenvolver plenamente o trabalho, que exige multidisciplinaridade e transversalidade dos conhecimentos, o que prejudica o bom andamento do desenvolvimento de comunidades. Na UFMG, o primeiro trabalho foi desenvolvido pelo ex-professor e cientista social Erly do Prado, no município de Lafaiete-MG. Os resultados foram muito bons e animaram a equipe de trabalho a implantar o desenvolvimento de comunidades em assentamentos da reforma agrária, no município de Pompéu (MG). O trabalho iniciou-se em 2012 e tem prosseguimento até hoje; os resultados obtidos, apesar de muito lentos, animaram as equipes de trabalho.

De acordo com Erly do Prado, o trabalho de desenvolvimento de comunidades deve sempre privilegiar o trabalho grupal, dialógico, democrático e participativo e é lento (necessita de continuação).

Processo metodológico

Será desenvolvido em quatro passos básicos. O técnico de campo, se acompanhado de um guia que conheça as estradas e as particularidades da comunidade, tem a ação de extensão facilitada.

1º passo: identificação dos interesses e das preocupações da população comunitária.

De posse de um caderno de campo ou um *laptop*, o técnico vai anotando todos os aspectos que ele julgar relevante na comunidade. A descoberta dos problemas e das preocupações, bem como do interesse da comunidade, tem que ser um processo coletivo, que terá o extensionista como o facilitador do processo. O extensionista não

deve, sozinho, interpretar os dados da comunidade e dizer e determinar o que deve ser feito; isso faz parte do difusionismo. Ele deve aprender também muitos aspectos que não se aprendem na escola, sendo "educador e educando". Assim, o ser individualizado vai se tornando social ao tomar conhecimento da sua realidade coletiva. O agricultor familiar descobre que o problema não é só seu, mas de toda a comunidade.

2º passo: análise dos interesses e das preocupações e de suas condições de enfrentamento. Será preciso situar o agricultor familiar na sociedade global, estabelecendo comparações com a sua comunidade.

A apresentação dos dados parciais da pesquisa em assembleias vai conscientizando o agricultor familiar para criar condições de resolver os problemas junto com os outros membros da comunidade porque parte de uma realidade concreta em que se encontra a população.

Neste caso, será discutido se a escola do meio rural (qualidade e quantidade) atende aos interesses dos agricultores familiares, se não é muito diferente das escolas na sede do município, se a comunidade está adequadamente sendo atendida quanto ao serviço básico de saúde, bem como se os problemas podem ser resolvidos *in loco* ou se será necessário deslocar-se até a sede do município.

Faz parte das discussões verificar se a comunidade está sendo atendida quanto às vias de acesso, para o agricultor familiar se deslocar até a cidade em busca de novos mercados, ou para, em caso de urgência, poder chegar à sede do município para atendimento de um problema de saúde mais grave.

A despeito do Pronaf, criado em 1996 para atender a agricultura familiar, muitos agricultores não têm acesso ao crédito. O baixo nível de escolaridade muitas vezes dificulta ou impede o agricultor familiar de utilizar essa linha de financiamento para que ele possa deslocar-se do *status* em que se encontra e melhorar suas condições de produção e de toda a sua família.

Um ponto importante que necessita ser discutido é a integração ao mercado para reduzir a exploração a que esses agricultores são submetidos, tornando-os mais cidadãos e menos subjugados.

3º passo: organização e planejamento das ações. As ações devem receber o formato de projetos, com apresentação dos problemas e as justificativas para as

ações. O projeto deve conter justificativa com histórico do problema, se houver registro, para que as ações sejam organizadas à medida que o agricultor familiar vai tomando consciência e decisão para agir e trabalhar em função do coletivo, ou seja, de toda a comunidade. O projeto deve conter também um diagnóstico da situação e qual metodologia será empregada para que se possam atingir os objetivos. Deverá ter ainda cronogramas de execução para facilitar o acompanhamento do projeto em todas as suas fases (inicial, desenvolvimento e apresentação de resultados).

Todo projeto deve conter também o orçamento, em que serão especificadas as fontes do financiamento e as etapas de liberação dos recursos.

Se possível, mesmo que não seja em um primeiro momento, a associação a ser fundada deverá ter registro formal para que possa atuar legalmente em benefício de todos. A fase de redação do estatuto para efeito de registro em cartório proporciona aos participantes um tempo de aprendizado e amadurecimento para que as ações sejam iniciadas. É importante que as associações tenham registro de sócios para diferenciá-las das associações organizadas pelas prefeituras com fins políticos, em que qualquer um pode participar como membro mesmo que nunca tenha participado de um evento sequer.

4º passo: desenvolvimento, avaliação e ampliação das condições de organização e ação.

Este é o passo mais importante, pois a ação de extensão vai se materializando. É muito comum que jovens extensionistas apressados não compreendam que o trabalho de ER é um trabalho de educação, de emancipação, sendo, portanto, lento.

Será necessário avaliar permanentemente as ações comunitárias, ou seja, a conduta da comunidade.

Depois de concluída essa fase, deve-se repetir a dinâmica; é essa dinâmica repetida que promove o aprendizado e a emancipação da comunidade, o que permite ao grupo comunitário continuar crescendo “ou se educando” mesmo que o extensionista não esteja presente.

Isso torna claro que o trabalho de extensão está dando certo e é diferente de assistência técnica, que pode ser prestada para produtores patronais ou agricultores familiares integrados ao mercado.

A organização da comunidade é fundamental para a sobrevivência da pequena propriedade e a viabilização da produção em pequena escala. Sem sombra de dúvida,

o desenvolvimento de comunidades combate as migrações rural-rural e rural-urbana pela melhora da qualidade de vida das populações dessas comunidades, o que culminará em comunidades mais equilibradas, levando ao fortalecimento da agricultura familiar do país.

Associação de associações

A organização da comunidade, entendendo por esta expressão a conscientização, a arregimentação de forças, a instituição de um regime interno, o planejamento de ações e a mobilização comunitária, constitui a condição mais propícia e essencial para o efetivo desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Implica o desenvolvimento humano, o desenvolvimento local e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural, com resultados significativos na construção da cidadania no campo. Atingida essa organização, as comunidades, por si, colocam-se em permanente movimento, motivadas pela determinação em gerir o próprio destino e articular um padrão de vida mais elevado (Erly do Pardo e Ramirez, 2011).

Os produtores da agricultura familiar, da pequena produção, encontram-se quase sempre isolados e envolvidos com questões locais pela falta de um horizonte que descortine maiores oportunidades e organização dos mercados.

Dessa forma, as comunidades deveriam se integrar para potencializar as ações comunitárias, o que sem dúvida as levariam mais rapidamente ao desenvolvimento sustentável, e também deveriam se organizar em redes para ampliar suas potencialidades.

É importante também que as equipes de trabalho possam atuar em sistemas de redes. Cabe à ER a tarefa de levar as sugestões de atuação em rede (associações de associações), de tal forma que essas possam influenciar a política local e, por conseguinte, a Política Nacional de Extensão rural, voltada para atender a agricultura familiar. Isso, com cereza, tornaria a agricultura familiar mais capaz de influenciar seu próprio desenvolvimento e organização.

A formação de conselhos

O agricultor familiar que, por meio do desenvolvimento de comunidades, alcança sua cidadania e organiza sua comunidade em benefício de todos deve ser o mesmo que tenha ação política para definir o que lhe convém. Dessa forma, o agricultor

familiar deve participar dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), órgão que pensa a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). O CMDRS deve ter (50% + 1) de agricultores familiares.

Muitos municípios não têm CMDRS e outros, quando os têm, são manipulados pela política local por prefeitos e vereadores, e quase sempre esses agricultores familiares não possuem voz ativa nesses conselhos.

Fica claro, portanto, que a agricultura familiar só poderá sair da situação em que se encontra no Brasil pelo efetivo trabalho de extensão rural, que direciona esses agricultores familiares para o exercício da cidadania. Dessa forma, eles poderiam influenciar as PMDRS em seu benefício e de suas comunidades.

Com comunidades organizadas e com a participação política do agricultor familiar, a ER poderia e deveria se tornar mais forte. Só assim, o agricultor familiar poderia ser alçado a um *status* que lhe garantisse condições de plena cidadania. Fica claro, mais uma vez, que há que se trabalhar a nova política do Ater/Ates para atingir tal objetivo.

Uma vez atuantes nos CMDRS, os agricultores familiares tornar-se-iam os delegados dos municípios para pensar o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PEDRS) e produzir benefícios para toda a sociedade. Poucos agricultores familiares têm condições de participar do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), pois quase sempre apresentam baixo nível de escolaridade e vivem em comunidades que não alcançaram adequado grau de desenvolvimento.

O ponto máximo da atuação do agricultor familiar seria a sua participação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) para ajudar a pensar a política de desenvolvimento sustentável do país.

Como se vê, tem-se ainda um longo percurso a ser vencido para melhorar a condição de penúria em que vivem os agricultores familiares de quase todas as regiões do Brasil, principalmente os não integrados ao mercado: indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais, público exclusivo determinado pela nova política de Ater.

O trabalho de extensão só se firmará definitivamente quando o difusionismo for, de uma vez por todas, excluído das agências estaduais de extensão rural e os centros

de ciências agrárias puderem oferecer uma formação adequada para o desenvolvimento da extensão rural.